



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004926-70.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Benefícios em Espécie**
 Requerente: **Gisele Aparecida Bule Fahl**
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

GISELE APARECIDA BULE FAHL, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Sumário em face de Instituto Nacional do Seguro Social, também qualificado, alegando tenha ingressado na *W.A. Faber Castell S/A* em 03/04/2006, na seção de embalagem de lápis, com prática de movimentos repetitivos, de modo que em 2012 foi acometida de quadro clínico compatível com LER/DORT, sem que a comunicação do fato se fizesse ao INSS, tratando a doença como de cunho previdenciário, salientando que atualmente não consegue movimentar os braços, tendo que empregar um maior esforço para a realização da sua jornada laboral, à vista do que reclama a concessão de auxílio-acidente de valor equivalente a 50% de seu salário de benefício, com início a partir da alta médica decorrente do benefício concedido no ano de 2012.

O réu contestou o pedido alegando não tenha a autora comprovado o nexo causal nem tampouco a redução da capacidade para o trabalho, afirmando que a autora atua na empresa *Faber Castell* no regime de revezamento, procedimento que evita a prática repetitiva da atividade laboral, salientando que o benefício concedido no ano de 2012 foi de cunho previdenciário na medida em que não foi reconhecida correlação com o ambiente de trabalho, sendo a lesão identificada como "*epicondelite lateral*", de modo a concluir pela improcedência da ação e, alternativamente, em caso de concessão do benefício, seja a data de início fixada a partir da perícia judicial, além de ser observado, com relação aos honorários advocatícios, a Súmula 111 do STJ.

O feito foi instruído com prova pericial e com a oitiva de duas testemunhas da autora, seguindo-se as alegações do autora, somente, com reiteração do pleito.

É o relatório.

DECIDO.

O laudo pericial atestou que a autora possui "*evidências clínicas que levam a incapacidade laborativa de caráter parcial...*" (*sic fls. 77*) não havendo elementos fáticos suficientes para concluir tenha referida incapacidade nexo causal com o trabalho desempenhado, assim como a cirurgia no cotovelo direito decorrente da ruptura do tendão e de epicondilite crônica não possa dizer-se tenha a doença nexo com as atividades


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

laborativas exercidas pela autora, segundo, ainda, o laudo pericial.

O nexo causal entre os problemas, porém, deve ser aceito. Não obstante a não emissão de CAT por parte da empregadora, e o auxílio-doença concedido possuir modalidade previdenciária, as duas testemunhas ouvidas em audiência, que trabalharam com a autora no mesmo setor durante anos, afirmaram com segurança que o trabalho da autora exigia movimentos repetitivos, em razão de trabalhar em setores de produção, com exigência de produtividade. Disseram, ainda, que havia revezamento de funções, no entanto, faziam o mesmo tipo de atividade repetitiva. Tais depoimentos se mostram suficientes para corroborar as alegações da autora na inicial.

Assim, é de rigor o acolhimento da demanda para conceder à autora o benefício de auxílio-acidente, observando que *“o termo inicial do benefício deverá corresponder à data da juntada do laudo pericial, quando veio para os autos a prova da consolidação das lesões em nível suficiente a permitir o reconhecimento da redução parcial da capacidade laborativa”* (cf. Ap. nº 0358369-85.2007.8.26.0577 - 16ª Câmara de Direito Público TJSP - 25/06/2013 ¹).

Essa juntada ocorreu em 06 de março de 2015 (fls. 75).

Cabe, ainda, seja observado que *“os valores em atraso serão atualizados e acrescidos de juros de mora na forma da Lei 11.960/09”* e que *“a renda mensal a ser implantada será reajustada pelos índices de manutenção”* (cf. Ap. nº 0025578-88.2009.8.26.0053 - 16ª Câmara de Direito Público TJSP - 25/09/2012 ²).

Observar-se-á, assim, *“o montante em atraso deverá ser apurado com emprego dos índices de correção monetária pertinentes (no caso pelo IGP-DI), com acréscimo de juros de mora contados a partir da citação de uma só vez sobre o quantum até aí devido e, após, mês a mês de forma decrescente, à base de 1% conforme previsão do Código Civil vigente, até junho de 2009, passando, a partir daí, tanto a atualização dos valores como a taxa de juros, a ser regidas pela disposição do artigo 5º da Lei 11.960, de 29.06.2009”* (cf. Ap. nº 0006357-94.2009.8.26.0320 - 16ª Câmara de Direito Público TJSP - 25/09/2012 ³).

Observar-se-á ainda a prescrição quinquenal.

O réu sucumbe, devendo, não obstante, observar-se que *“a autarquia é isenta de custas processuais, a teor do artigo 5º da Lei nº 4.952/85 e consoante artigo 6º da Lei nº 11.608/03”* (cf. Ap. nº 0049840-87.2010.8.26.0564 - 16ª Câmara de Direito Público TJSP - 23/10/2012 ⁴), observando-se ainda que, *“nas lides acidentárias, em regra, os honorários são fixados no percentual de 15% sobre as prestações vencidas até a sentença, consoante disposto na Súmula 111 do STJ”* (cf. TJSP, Ap. 487.524.5/2-00, 17ª Câma. De Direito Público, rel. Dês. Antonio Moliterno, j. em 26.2.2008)

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que CONDENO o réu **Instituto Nacional do Seguro Social** a implantar em favor da autora **Gisele Aparecida Bule Fahl** o benefício previdenciário de auxílio-acidente, no valor equivalente a 50% do salário de benefício, a partir de 06 de março de 2015, observando-se, em relação aos valores vencidos até a data do pagamento, o

¹ www.esaj.tjsp.jus.br.

² www.esaj.tjsp.jus.br

³ www.esaj.tjsp.jus.br

⁴ www.esaj.tjsp.jus.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

acréscimo de correção monetária pelos índices IGP-DI, a contar da data do vencimento de cada prestação mensal, bem como o acréscimo de juros de mora contados a partir da citação de uma só vez sobre o quantum até aí devido e, após, mês a mês de forma decrescente, à base de 1% conforme previsão do Código Civil vigente, até junho de 2009, passando, a partir daí, tanto a atualização dos valores como a taxa de juros, a ser regidas pela disposição do artigo 5º da Lei 11.960, de 29.06.2009 e, sucumbente na maior parte do pedido, CONDENO o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% sobre as prestações vencidas até a data da presente decisão, conforme Súmula 111 do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intime-se.

São Carlos, 29 de março de 2017.

Vilson Palaro Júnior

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**